

LÍVIO LOPES, Presidente do Conselho de Administração da ARE

“A ARE não é entidade competente para a concepção e elaboração da política energética”

Presidente do Conselho de Administração da ARE, Lívio Lopes, explica razão dos aumentos das tarifas de água e electricidade e aponta para os elevados custos de produção de energia eléctrica usando energias renováveis.

André Amaral

Há duas semanas a actualização de preços do petróleo no mercado internacional serviu para justificar a descida dos combustíveis. Esta semana o mesmo argumento é usado para justificar o aumento da electricidade. Como se explica esta diferença de atitude?

Em primeiro lugar a actualização dos combustíveis de “há duas semanas” não implicou apenas descida de tarifas, uma vez que foi registada uma evolução diferenciada dos preços do crude e dos produtos refinados no mercado internacional! No caso do gás butano e fuel registamos, na última actualização (de 8 de Outubro), aumento dos respectivos preços máximos, sendo o fuel o produto de maior consumo para a produção da electricidade em Cabo Verde. É preciso esclarecer que para a fixação correcta das tarifas de electricidade e água, a ARE baseia os seus cálculos no chamado “mix de combustível” que inclui para além do gasóleo para a electricidade, o fuel 380, o fuel 180 e cerca

de 20% de energias renováveis (eólica e solar). Por outro lado, a regularidade bimensal de actualização dos preços dos combustíveis, não coincide com a regularidade quadrimestral de actualização da tarifa de electricidade, indexada à evolução dos combustíveis, com incidência, no caso do consumo da ELECTRA e AEB, para o gasóleo para a electricidade e o fuel. Nestes termos durante o período quadrimestral os preços dos factores que integram o “mix de combustível” podem evoluir positiva ou negativamente, fazendo com que, no período mencionado, possa acontecer evoluções diferenciadas para a fixação das tarifas. Nestes casos surgem, às vezes, um diferencial, positivo ou negativo, considerando o preço de referência utilizado e o preço real de compra de combustíveis. Daí os ajustes regulares para repor a “justiça” dos preços.

Outro dos argumentos utilizados é o défice tarifário. O que é esse défice tarifário?

O défice tarifário a que faz referência ocorre quando a tarifa de referência é inferior à tarifa real. Neste caso específico, o défice tarifário ocorreu devido à diferença entre o preço de referência e o preço real dos combustíveis de Junho a Outubro do corrente ano. Esta diferença foi incluída no recente ajuste tarifário para que as reguladas possam recuperar os sobrecustos ocorridos no período referido e vigora até Dezembro de 2016. Não estamos, neste caso, a falar do conceito do défice tarifário europeu, sustentado, muitas vezes, em alguns dos países da Europa, por uma ilusão de preços baixos, introduzindo preços administrativos não correspon-



dentes aos custos reais. Nestes casos europeus o défice pode ser o resultado da decisão política de não permitir que, num ano, os preços dos serviços públicos essenciais reflitam os seus custos, limitando os aumentos de preço a um tecto administrativo arbitrário e obrigando os consumidores futuros a pagar, com juros, aquilo que consumimos hoje. Em Cabo Verde, até 2006, os consumidores não pagavam o preço real dos combustíveis e, consequentemente, de electricidade e água, devido à subsídio pelo Governo e a subsídio cruzada entre água e electricidade. Esta situação acarretava dívidas avultadas do Estado às operadoras e, com a adopção de uma nova política de eliminação dos subsídios, os consumidores passaram a pagar o preço real dos serviços públicos essenciais. É neste quadro que a ARE, desde 2006, delibera, observando todos os parâmetros de custos aprovados para cada sector, tendo o sector dos combustíveis implicações directas em todos os outros sectores que regulamos. Como se pode constatar somos influenciados por externalidades que não controlamos.

Os sucessivos governos têm reafirmado a sua aposta na produção de energia usando energias renováveis como é o caso da eólica. Depois de tão grande investimento porque é que não se vêem resultados práticos nas facturas com a água e electricidade a sofrerem aumentos?

As tarifas actuais já reflectem os custos com as renováveis (eólica e solar) que contribuem em cerca de 20% para a produção nacional. Entretanto, até à presente data, os custos com a compra de energia renovável na Praia, S. Vicente, Sal e Boavista, são maiores que com os combustíveis. Para além disso, há uma actualização de 3,5% ao ano para a Cabeólica, reduzida para 1% no ano em curso. Vale realçar que a ARE não é entidade competente para a concepção e elaboração da política energética para o sector, nem das políticas sociais subsequentes. Estas, depois de aprovadas, fazem com que as tarifas passem a reflectir as políticas do Governo. O que a ARE pode determinar autonomamente são as exigências de eficiência produtiva e

energética à ELECTRA e AEB nos custos operacionais aceites nos limites dos princípios e regras regulatórios. Assim, a aceitação (ou não) do nível de perdas, para efeitos tarifários, é cada vez mais rigorosa (partimos há anos atrás dos 37% de perdas no sector da electricidade, para os 23% admissíveis actualmente) em constante conflito com a operadora que exige um nível de perdas de 26,7%, para além de outras ineficiências e imparidades não aceites, num esforço contínuo da eficiência do sector e da observância das regras universais da regulação. É preciso esclarecer, por outro lado, que a ARE não faz política social (tarifa social), nem tem poderes para diminuir a taxa do IVA (actualmente em 15%), muito menos impor a subsídio dos combustíveis. As tarifas sobem e descem durante o ano, como aconteceram com as actualizações anteriores. Em Junho de 2016, aquando da penúltima actualização, as tarifas de electricidade e água sofreram uma redução de 18,4% e 4,3, respectivamente, medidas que deveriam ser reconhecidas como positiva por toda a sociedade! 